

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo, Brasil.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes, a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia e siderurgia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis individuais da BRADESPAR (Controladora) e o Consolidado, que inclui as empresas BRADESPAR, ANTARES, BRUMADO e MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e são publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem ser diferentes dos valores estimados.

A BRADESPAR avaliou os eventos subsequentes até 18 de março de 2015, data de aprovação das demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas. Para a controlada de controle compartilhado, o investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas, direta e indiretamente:

Empresas	Em 31 de dezembro	
	Participação direta e indireta da BRADESPAR (em %)	
	2014	2013
- ANTARES	100,00	100,00
- BRUMADO	100,00	100,00
- MILLENNIUM	100,00	100,00

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Nesta categoria encontram-se o valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis da VALEPAR. A composição dos recebíveis de ações resgatáveis está apresentada na Nota 8; e
- Disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados inicialmente pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado na data da demonstração contábil, em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Quando esses títulos são alienados ou sofrerem redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, registrados no patrimônio líquido, são reconhecidos no resultado como receitas e despesas financeiras, pela alienação ou outras despesas pelo registro do valor recuperável (*impairment*). Nesta categoria encontram-se as ações da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), as quais possuem direitos no recebimento de dividendos, registrados como “Receitas Operacionais”.

f) Investimentos

As participações nos investimentos em controladas e controladas de controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por redução ao valor recuperável – *impairment*.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 9.

g) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

i. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há alguma evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo financeiro exceder o seu valor recuperável.

Os critérios, que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Uma provável situação em que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada nos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros em vigor. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda por *impairment* anteriormente reconhecida deverá ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida no resultado.

ii. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há alguma evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. No caso de investimentos classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos incorrem perda de seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não houve perda por *impairment*.

h) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Nesta categoria encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10.
- Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Na Companhia, a variação no valor justo dos passivos financeiros por meio do resultado, deve-se somente à mudança no risco de mercado pela variação na taxa de juros, não apresentando alterações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 11.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende de nossa classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços

cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014

- Alteração da IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração esclarece o conceito de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial.
- Alteração das IFRS 10, 12 e IAS 27 – Demonstrações Consolidadas, Divulgação de Participações em outras Entidades e Demonstrações Financeiras Separadas – inclui novas exigências às Entidades para Investimento, que possuem investimentos em fundos, com objetivo de obter retornos de valorização do capital e/ou rendas de investimento.
- Alteração da IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração inclui novas exigências de divulgações das mensurações referentes aos valores recuperáveis de ativos, principalmente, em função da adoção da IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as

categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICS 13, 15 e 18), e é aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

6. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, detemos recebíveis de ações preferenciais resgatáveis, com prazos de vencimentos escalonados para permitir a liquidação adequada dos passivos assumidos perante terceiros, inclusive as referidas ações fazem parte das garantias oferecidas na emissão das debêntures pela Companhia, bem como os demais ativos possuem liquidez imediata.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”, uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidar os juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento com a BRADESPAR, sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de volatilidade no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros sobre as debêntures emitidas atreladas às taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional	18	2	1.127	975
Fundos de investimento financeiro	75.029	139.596	310.876	257.703
TOTAL	75.047	139.598	312.003	258.678

8. RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2008, a BRADESPAR subscreveu 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe “C” emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

- Não possuem direito de voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;
- Fazem jus a dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, desde 2009, correspondentes a uma taxa prefixada de 16% a.a.;
- São resgatáveis semestralmente entre maio de 2011 e novembro de 2015; e
- Não são conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Em 2009, a BRADESPAR vendeu para sua controlada indireta BRUMADO, 7.587.000 ações preferenciais resgatáveis classe “C”, permanecendo com 16.137.193 ações. Em 2013, a BRADESPAR recebeu da VALEPAR o montante de R\$ 192.656, relativo ao resgate de 3.321.672 ações preferenciais. Em 2014, a BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO receberam da VALEPAR o montante de R\$ 507.283, relativo ao resgate de 8.746.256 ações.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo das ações resgatáveis classe C, corresponde a 5.174.863 ações (2013 – 13.921.119 ações), equivalente a R\$ 300.142 (2013 – R\$ 807.338). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo atualizado dos juros a receber das ações preferenciais resgatáveis, correspondia a R\$ 7.698 (2013 – R\$ 20.222).

9. INVESTIMENTOS

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de “Resultado de Equivalência Patrimonial” e corresponderam, na Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ao resultado de R\$ 53.626 (2013 – resultado negativo de R\$ 2.774) e no Consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ao resultado negativo de R\$ 69.741 (2013 – resultado negativo de R\$ 117.182).
- b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da Controladora são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações ON Possuídas (em mil)	Quantidade de Cotas Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
							31.12.2014	31.12.2013	2014	2013
ANTARES (3)	322.700	1.076.277	123.367	-	322.700	100,000	1.076.277	1.123.009	123.367	114.408
VALEPAR (2) (3)	10.078.589	48.863.790	(399.844)	275.966	-	17,442	8.522.846	8.306.835	(69.741)	(117.182)
Total							9.599.123	9.429.844	53.626	(2.774)

- (1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;
- (2) Controlada de Controle Compartilhado; e
- (3) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2014 auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

- c) Composição dos investimentos, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, do Consolidado:

Empresa	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
	31.12.2014	31.12.2013	2014	2013
- VALEPAR	7.212.094	7.398.935	(69.741)	(117.182)
- VALEPAR - ajuste reflexo (2)	1.310.752	907.900	-	-
Total	8.522.846	8.306.835	(69.741)	(117.182)

- (1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e
- (2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.

10. DEBÊNTURES A PAGAR

Em 2012, a BRADESPAR efetuou a quarta emissão pública de 35.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 350.000, com vencimento em 365 dias a contar da data da emissão, com juros correspondentes a 103,5% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, e que foram liquidados junto com o principal em 4 de julho de 2013.

Em 2013, a BRADESPAR efetuou a quinta emissão pública de 100.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.000.000, com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 6 de julho de 2015. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,3% da variação acumulada das

taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo atualizado correspondia a R\$ 1.165.109 (2013 – R\$ 1.045.686).

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 10.365 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 9.981): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) – R\$ 2.246 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 2.163): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 7/70 (Pis Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I) Provisões

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado correspondia a R\$ 27.273 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 39.924), a variação do período, corresponde, basicamente, a baixa de processos que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários, conforme Lei nº 12.996/14.

No saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014, está incluído o montante de R\$ 5.365 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 22.486) relacionado à COFINS, que deverá ser restituído pela Receita Federal do Brasil (RFB), relativo ao processo acima mencionado.

II) Obrigações legais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante às boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

A principal questão é:

- COFINS – R\$ 11.267 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 10.815): A Companhia pleiteia calcular e recolher a COFINS, referente a Liminar de 2001, o qual não faz parte do REFIS divulgado abaixo, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo, pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

A BRADESPAR, com base na Lei nº 12.996/14 e na Medida Provisória nº 651/14, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS Liminar 2004) para quitação de débitos relativos ao Processo Judicial em que a Companhia pleiteia a não inclusão, nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

Tendo em vista as condições diferenciadas de pagamento, proporcionadas pelo REFIS, para quitação dos débitos, R\$ 134.376 foram pagos mediante utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e R\$ 105.581 em moeda corrente.

III) Movimentação das provisões e obrigações legais

	Em 31 de dezembro	
	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	327.664	274.968
Constituições líquidas de reversões e baixas ⁽¹⁾	(26.936)	36.041
Atualização monetária	15.619	16.655
Pagamentos ⁽¹⁾	(277.757)	-
Saldo no final do exercício	38.590	327.664

(1) Inclui, basicamente, a baixa do processo de PIS e COFINS, que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. A BRADESPAR é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Elétron S.A. (ELÉTRON) contra a Companhia e a Litel Participações S.A. (LITEL), no qual a ELÉTRON requer o reconhecimento de seu direito de: (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da VALEPAR, que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias; e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em 3 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral, com base na sentença parcial anterior, decidiu, por maioria, que a BRADESPAR e a LITEL estão obrigadas a: (i) proceder à venda de ações da VALEPAR à ELÉTRON, pelo valor de R\$ 632.007, que deverá ser corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data do efetivo pagamento; e (ii) recompor os dividendos e os juros sobre o capital próprio, distribuídos pela VALEPAR, a partir de 12 de junho de 2007, cujo montante, em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 218.986, já corrigido pelo CDI. O pedido de indenização por perdas e danos foi rejeitado pelo Tribunal Arbitral. A Companhia ingressou com ação nulatória da sentença arbitral na comarca do Rio de Janeiro. Em 11 de abril de 2014, foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido de anulação da sentença arbitral, formulado pela Bradespar, mas a demanda ainda será levada à apreciação do Tribunal da Justiça e considera que o valor da perda possível que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2014.

Em 24 setembro de 2014, foram julgados cinco recursos relacionados à arbitragem, dentre os quais a apelação interposta pela Bradespar contra a sentença que julgou improcedente o seu pleito anulatório. A sentença foi mantida em segunda instância. Contra o acórdão, foram opostos embargos de declaração que ainda não foram apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em 18 de dezembro de 2014, foram interpostos recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça e recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Aguarda-se o juízo de admissibilidade de ambos os recursos. A partir de uma análise dos desenvolvimentos processuais do caso, a despeito dos fundamentos da ação anulatória, consideramos ser possível a chance de êxito da Bradespar na anulação da sentença arbitral de 18 de dezembro de 2009, com o consequente reconhecimento de nulidade de todas as decisões proferidas no curso da arbitragem e de nulidade da segunda fase e da sentença nela proferida.

A ANTARES, controlada direta da BRADESPAR, é parte em um processo junto à RFB, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95, cuja totalidade do processo em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 216.854 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 186.129), sendo R\$ 159.721 para o imposto de renda (31 de dezembro de 2013 – R\$ 137.091) e R\$ 57.133 para a contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2013 – R\$ 49.038), consideramos ser possível a chance de êxito da Bradespar S.A.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	122.523.049	122.523.049
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
Total	349.547.945	349.547.945

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Reserva Legal (i)	259.956	254.882
Reserva Estatutária (ii)	2.698.781	3.182.922
Total	2.958.737	3.437.804

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e
- (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou

dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que, somados, correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2014, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% ⁽¹⁾
Lucro do exercício	101.483	
Constituição de reservas	(5.074)	
Base de cálculo ajustado	96.409	
Remuneração:		
Dividendos pagos	30.801	31,95
Juros sobre o capital próprio pagos e dividendos pagos ⁽²⁾	549.749	
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2014	580.550	
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2013	460.779	

(1) Percentual de dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

(2) Realização de Reservas

Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a BRADESPAR passou a adotar, a partir de 2006, Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, a ser distribuída na forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas para o fluxo de caixa da Companhia, conforme segue:

- A Diretoria da Companhia anuncia até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, estipulada em US\$ (dólar norte americano), em duas parcelas semestrais, até o dia 15 dos meses de maio e novembro;
- Os valores aprovados são convertidos em moeda corrente nacional, pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração, que tiverem deliberado sobre as declarações e pagamentos das referidas remunerações; e
- A Diretoria poderá ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do fluxo de caixa da Companhia, a declaração e pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio adicionais à remuneração mínima que vier a ser anunciada.

Em 15 de maio de 2014, a Bradespar pagou aos seus acionistas, a 1ª parcela da remuneração anual mínima, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 28 de abril de 2014, no valor de US\$ 125.000, que corresponde ao montante de R\$ 279.063, considerando a cotação do dólar de venda, divulgada pelo Bacen, em 25 de abril de 2014, conforme segue:

- Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 123.000, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,330422717 (R\$ 0,280859309 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,363464990 (R\$ 0,308945242 líquido do imposto de renda na fonte); e
- Dividendos, no valor de R\$ 156.063, sendo R\$ 0,419240612 por ação ordinária e R\$ 0,461164674 por ação preferencial.

Em 14 de novembro de 2014, a Bradespar pagou aos seus acionistas, a 2ª parcela da remuneração anual mínima, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 31 de outubro de 2014, no valor de US\$ 125.000, que corresponde ao montante R\$ 301.487, considerando a cotação do dólar de venda, divulgada pelo Bacen, em 30 de outubro de 2014, conforme segue:

- Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 185.000, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,496977257 (R\$ 0,422430668 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,546674984 (R\$ 0,464673736 líquido do imposto de renda na fonte); e
- Dividendos, no valor de R\$ 116.487, sendo R\$ 0,312927774 por ação ordinária e R\$ 0,344220552 por ação preferencial.

d) Ações em tesouraria

A BRADESPAR possui programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. Em reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2014, deliberou-se a renovação do programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, mantendo as mesmas quantidades, sem redução do capital social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 1.500.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias. Não houve recompra em 2014.

13. TRIBUTOS A COMPENSAR OU A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

I) Controladora

- a) Os impostos a compensar e a recuperar, no montante de R\$ 179.095 (2013 - R\$ 139.083), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.
- b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(32.893)	(47.691)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	11.184	16.215
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas e controladas de controle compartilhado, tributadas nas empresas correspondentes	18.233	(943)
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	19.028	24.993
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(131.653)	(132.475)
Juros sobre o capital próprio pagos	104.720	113.220
Créditos tributários ativados com base na Lei nº 12.996/14 (Nota 11b – II Obrigações legais) e outros valores	112.864	(21.028)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	134.376	(18)

- c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2014, os créditos tributários não ativados totalizavam R\$ 380.523 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 493.388), os quais não apresentavam perspectivas de realização para sua ativação.

II) Consolidado

- a) Os impostos a compensar e a recuperar, no montante de R\$ 187.192 (2013 - R\$ 146.974), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(29.314)	(46.232)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	9.967	15.719
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas de controle compartilhado, tributadas nas empresas correspondentes	(23.712)	(39.842)
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	40.640	48.176
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(131.653)	(132.475)
Dividendos	17.679	14.625
Juros sobre o capital próprio pagos	104.720	113.220
Créditos tributários ativados com base na Lei nº 12.996/14 (Nota 11b – II Obrigações legais) e outros valores	113.156	(20.900)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	130.797	(1.477)

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2014, os créditos tributários não ativados totalizavam R\$ 418.772 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 531.823), os quais não apresentavam perspectivas de realização para sua ativação.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	21.593	17.401	32.759	22.025
Despesas com juros de debêntures	(119.341)	(81.251)	(119.341)	(81.251)
Outros	(727)	(6.933)	(327)	(6.600)
Total	(98.475)	(70.783)	(86.909)	(65.826)

15. PARTES RELACIONADAS

- l) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

a) **BRADESPAR**

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2014	2013	2014	2013
Juros de ações resgatáveis, dividendos e juros sobre o capital próprio:				
- VALEPAR	329.131	340.388	414.432	463.766
- ANTARES	1.172	1.087	-	-
Ações resgatáveis:				
- VALEPAR	-	367.292	-	-

b) ANTARES

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2014	2013	2014	2013
Dividendos:				
- BRUMADO	1.010	950	-	-
- BRADESPAR	(1.172)	(1.087)	-	-

c) BRUMADO

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2014	2013	2014	2013
Juros de ações resgatáveis:				
- VALEPAR	7.698	11.021	56.778	68.065
- ANTARES	(1.010)	(950)	-	-
Ações resgatáveis:				
- VALEPAR	300.142	440.046	-	-

d) VALEPAR

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2014	2013	2014	2013
Juros de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:				
- BRADESPAR	(329.131)	(340.388)	(414.432)	(463.766)
- BRUMADO	(7.698)	(11.021)	(56.778)	(68.065)
Ações resgatáveis:				
- BRADESPAR	-	(367.292)	-	-
- BRUMADO	(300.142)	(440.046)	-	-

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária é fixado, anualmente o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social. Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.200 para remuneração dos Administradores.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Proventos	3.240	4.800
Contribuição ao INSS	648	960
Total	3.888	5.760

Obrigações de aposentadoria

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Planos de previdência complementar de contribuição definida ⁽¹⁾	-	768

(1) Descontinuidade do plano de previdência privada a partir de maio de 2013.

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios pós-emprego ou de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho, de remuneração baseada em ações ou participações nos lucros para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
• Ações Ordinárias	0,6936%	0,6936%
• Ações Preferenciais	0,5690%	0,5708%
• Total de Ações	0,6127%	0,6139%

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos Instrumentos Financeiros é demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2014					
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	75.047	-	75.047	312.003	-	312.003
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	307.840	-	307.840
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	934.518	934.518
Total dos Ativos	75.047	-	75.047	619.843	934.518	1.554.361

	Em 31 de dezembro de 2014					
	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos Financeiros						
Debêntures a pagar	1.165.109	-	1.165.109	1.165.109	-	1.165.109
Outras obrigações	25.690	-	25.690	25.690	-	25.690
Total dos Passivos	1.190.799	-	1.190.799	1.190.799	-	1.190.799

	Em 31 de dezembro de 2013					
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	139.598	-	139.598	258.678	-	258.678
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	376.493	-	376.493	827.560	-	827.560
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	964.843	964.843
Total dos Ativos	516.091	-	516.091	1.086.238	964.843	2.051.081

	Em 31 de dezembro de 2013					
	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos Financeiros						
Debêntures a pagar	1.045.686	-	1.045.686	1.045.686	-	1.045.686
Outras obrigações	25.887	-	25.887	25.887	-	25.887
Total dos Passivos	1.071.573	-	1.071.573	1.071.573	-	1.071.573

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros, registrados em contas patrimoniais, referem-se ao valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis possuídas, direta e indiretamente, na VALEPAR e aos investimentos indiretos na CPFL Energia, cujo custo histórico é de R\$ 73.145 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 73.145), sendo o valor de mercado de R\$ 934.518 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 964.843) e mais valia no valor de R\$ 861.373 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 891.698). As ações preferenciais resgatáveis são avaliadas pelo custo amortizado e estão demonstradas na Nota 8. Os investimentos na CPFL Energia são classificados em títulos disponíveis para venda pelo valor justo, com contrapartida no patrimônio líquido.

A BRADESPAR e suas controladas não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros, que não estão vencidos e também não apresentam evidências de perdas, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício e nenhum dos valores registrados em contas a receber está vencido ou apresenta evidências de perdas.

b) Fluxo de caixa não descontado para passivos financeiros

Demonstramos a seguir o fluxo de caixa contratual a pagar, não descontado, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, demonstrado pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial:

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014			
Debêntures a pagar	1.234.881	-	1.234.881
Em 31 de dezembro de 2013			
Debêntures a pagar	-	1.212.681	1.212.681

Os fluxos de caixa são estimativas preparadas pela Companhia e podem variar em relação a essa análise devido às oscilações no indexador ao qual está atrelado.

c) Análise de sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(35)	(10.316)	(20.235)	(80)	(21.156)	(41.280)
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(9.345)	(233.629)	(467.259)	(9.648)	(241.210)	(482.421)
Total sem Correlação		(9.380)	(243.945)	(487.494)	(9.728)	(262.366)	(523.701)
Total com Correlação		(9.351)	(235.780)	(471.465)	(9.639)	(239.734)	(479.473)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

- Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31 de dezembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 12,97% a.a.;
- Cenário 2:** Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31 de dezembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 16,20% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e
- Cenário 3:** Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31 de dezembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 19,44% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

17. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de ações preferenciais resgatáveis e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem os títulos disponíveis para venda negociados em um mercado ativo;

Nível 2: Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2, que não derivam de uma cotação pública direta, incluem as debêntures e suas valorizações considerando o risco de crédito, que não necessitam de premissas internas subjetivas na determinação do valor justo; e

Nível 3: Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração.

A seguir apresentamos os ativos e passivos mensurados pelo valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2014	
	Consolidado (1)	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos Financeiros		
Títulos disponíveis para venda	934.518	934.518
Total dos Ativos	934.518	934.518

	Em 31 de dezembro de 2013	
	Consolidado (1)	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos Financeiros		
Títulos disponíveis para venda	964.843	964.843
Total dos Ativos	964.843	964.843

(1) A Companhia não possui ativos mensurados a valor justo com base nos níveis 2 e 3 e passivos de níveis 1, 2 e 3.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Valores a Receber, na Controladora, no montante de R\$ 330.303 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 332.274) e no Consolidado, no montante de R\$ 329.131 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 331.187) referem-se, substancialmente, à juros sobre o capital próprio a receber da VALEPAR;
- Outras Obrigações, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 27.249 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 27.712) referem-se, substancialmente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BM&FBovespa, em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;
- Dividendos de Investimentos, referem-se a dividendos recebidos da CPFL Energia, no montante de R\$ 51.998 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 43.014);
- Despesas Gerais e Administrativas, na Controladora, referem-se à Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 4.212 (2013 – R\$ 6.772) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 3.174 (2013 – R\$ 5.289). No Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 4.212 (2013 – R\$ 6.772) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 3.241 (2013 – R\$ 5.458);
- Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais/Outras Receitas, refere-se, basicamente, a reversão de provisão de obrigações fiscais, objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), para quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14); e

f) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o Pis/Pasep e à Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Por meio de programas de recompra de ações, o Conselho de Administração, em reunião de 13 de janeiro de 2015, autorizou a Diretoria da Companhia a adquirir até 24.800.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 2.600.000 ordinárias e 22.200.000 preferenciais, com o objetivo de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 27 de fevereiro de 2015, a BRADESPAR anunciou a proposta para pagamento de remuneração mínima de US\$ 140.000 aos acionistas da Companhia para 2015. Se for aprovada a proposta, o pagamento será efetuado em duas parcelas semestrais equivalentes a US\$ 70.000 cada, nos dias 15 de maio e 13 de novembro de 2015, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Bacen, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS CONTROLADAS DE CONTROLE COMPARTILHADO

Apresentamos a seguir o sumário do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado divulgado pelas empresas VALEPAR e VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL				
	VALE ⁽¹⁾		VALEPAR	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO				
Circulante	53.744.764	57.104.708	8.095	7.524
Não Circulante:				
Realizável a Longo Prazo	19.071.659	18.974.756	2.433.875	2.135.122
Investimentos	10.977.902	8.396.791	52.416.909	53.067.730
Imobilizado	207.507.063	191.308.239	-	-
Intangível	18.114.144	16.095.817	-	-
TOTAL	309.415.532	291.880.311	54.858.879	55.210.376
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante	28.513.757	22.517.296	3.034.221	3.863.490
Não Circulante	131.300.152	117.240.949	2.614.566	3.375.244
Patrimônio Líquido	149.601.623	152.122.066	49.210.092	47.971.642
TOTAL	309.415.532	291.880.311	54.858.879	55.210.376
Participação - Direta e Indireta	5,88%	5,88%	17,44%	17,44%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
	VALE ⁽¹⁾		VALEPAR	
	2014	2013	2014	2013
Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços	88.274.564	101.489.747	-	-
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(59.085.904)	(52.510.638)	-	-
Resultado Bruto	29.188.660	48.979.109	-	-
Receitas/(Despesas) Operacionais	(12.757.743)	(16.541.224)	(253.808)	(243.479)
Resultado Financeiro Líquido	(14.753.163)	(18.442.834)	(349.028)	(536.899)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.141.681	998.830	321.644	38.788
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	2.819.435	14.993.881	(281.192)	(741.590)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.599.847)	(15.247.845)	(118.652)	69.758
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-	(3.602)	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	219.588	(257.566)	(399.844)	(671.832)

⁽¹⁾ Informações Consolidadas dos períodos

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desta forma, informações detalhadas sobre essa Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, podem ser obtidas diretamente junto à CVM, através do site www.cvm.gov.br.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuço Cappi

Membros

Antônio Bornia

Mário da Silveira Teixeira Júnior

João Aguiar Alvarez

Denise Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Diretoria

Diretor-Presidente

Luiz Mauricio Leuzinger

Diretor

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Conselho Fiscal

Efetivos

Ariovaldo Pereira

João Batista de Moraes

Marcos Antônio Martins

Marcelo Gasparino da Silva

Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira

Suplentes

Clayton Neves Xavier

Paulo Ricardo Satyro Bianchini

Vicente Carmo Santo

Felipe Luckmann Fabro

Mário Luna

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC 1SP218369/O-0